



## POSSIBILIDADES A PARTIR DO PROJETO UCA RUMO À CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM

Josemar Farias da Silva; Laudicea Farias da Silva

IFAM – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas. E-mail:

[Josemar.silva@ifam.edu.br](mailto:Josemar.silva@ifam.edu.br)

SEP - Secretaria de Educação de Pernambuco. E-mail: [laudfarias@hotmail.com](mailto:laudfarias@hotmail.com)

### Resumo

Ante as profundas e significativas mudanças pelo qual passa nossa sociedade, a educação inserida nesse contexto necessita, além de sistematizar e promover a aprendizagem do conhecimento historicamente construído e acumulado, formar indivíduos capazes de compreender e situar-se ante esse contexto global. A inserção e intensificação do uso das TDIC – Tecnologias digitais da Informação e Comunicação, como o Projeto UCA – Projeto um Computador por Aluno, podem se constituir como instrumentos capazes não somente de dinamizar o espaço escolar, mas, sobretudo formar comunidades de aprendizes.

**Palavras-Chave:** TDIC, Projeto UCA, Comunidades de Aprendizagem.

### Introdução

O programa um Computador por Aluno - UCA, implantado enquanto política pública a partir de 2007 constituiu-se na inserção massiva das TDIC, na educação, a partir da distribuição de um laptop para fins educacionais em muitos municípios brasileiros. Refletir sobre essa política pública em que se pretende distribuir um computador para cada aluno, torna-se relevante não apenas pela abrangência, mas, sobretudo, pelas possibilidades de mudança que esse processo pode por em curso.

A inserção dessa tecnologia enquanto instrumento de mediação é uma poderosa ferramenta dinamizadora e amplificadora de meios e técnicas empreendidas nos ambientes formativos com vistas à construção do conhecimento, são possibilidades que se abrem para a escola, educadores, alunos e comunidade.

Herdamos no século XXI as mesmas formas de se ensinar e de se aprender empreendidas no século passado baseado ainda numa mera memorização e repasse de informações, muitas das vezes descontextualizadas e, portanto, totalmente ausentes de



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

significado para o aluno que não consegue por sua vez articular com seu cotidiano e com sua vivência, dada a distância com que os conceitos científicos, por exemplo, são abordados em sala de aula.

Modelos transmissivos e focados exclusivamente no professor como elemento central e detentor do saber, colocam a escola como uma instituição que luta e resiste bravamente a mudanças, insistido assim em não adotar modelos mais centrados no aluno, na aprendizagem e na colaboração.

É em cima da reflexão sobre aprendizagem e mais precisamente da criação de comunidades de aprendizagem, mediada pelas tecnologias e especificamente pelo computador, deslocando a função do professor como elemento central dentro do processo, concebendo e desejando uma educação com relações mais equânimes e democráticas no acesso, disseminação e, sobretudo na construção do conhecimento, rumo a conferir mais autonomia no aprender, é que discorreremos nossa reflexão e análise.

### **1. Contextualizando: o Projeto um computador por aluno**

No Fórum Econômico Mundial que ocorreu em Davos, Suíça o então Presidente da republica Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com outros chefes de estado, foram desafiados pelo professor, pesquisador e co-fundador do Media Lab do Massachusetts Institute of Technology (MIT), Nicholas Negroponte, a se engajarem num esforço global visando universalizar o aceso e uso das TICs, uma ideia inovadora que consistia em um laptop de U\$ 100 dólares distribuído as escolas, garantindo a todas as crianças o direito a seu próprio computador, lema esse que é adotado pela instituição OLPC (One Laptop per Child). O então presidente naquele mesmo ano visando à implementação do programa, a inserção da indústria brasileira na cadeia produtiva, bem como possibilitar a inclusão digital, inserção e uso intensivo das TICs nas escolas e consequente melhoria na qualidade da educação publica, determina a criação de um grupo interministerial para proceder à avaliação e elaborar um relatório. Após criação de um grupo de trabalho formado por professores para definir as estratégias pedagógicas do programa (GTUCA), e doação por parte da Intel, Telavo e da organização não-governamental One Laptop per Child, é iniciado em 2007 a fase pré-piloto, visando avaliar o uso pedagógico dos laptops educacionais que ocorreram em cinco escolas: Escola Estadual Luciana de Abreu, na cidade de Porto Alegre-RS; Escola Municipal de Ensino Fundamental Ernani



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Silva Bruno, na periferia da cidade de São Paulo; Ciep Rosa da Conceição Guedes, no distrito de Arrozal, na cidade de Piraí; Colégio Estadual Dom Alano M. Du Noday, na cidade de Palmas-TO e Centro de Ensino Fundamental 01, localizado na Vila Planalto, zona central de Brasília.

No ano de 2010 é concluída a licitação, que iniciou em 2008 para compra dos laptops educacionais, sendo vencedora do pregão a CCE<sup>1</sup> que aceitou fornecer um laptop no valor de R\$ 550,00, sendo convertido em lei<sup>2</sup> a medida provisória que cria o projeto UCA – Lei nº 12.249, de 14 de junho de 2010. Numa segunda, denominada fase II, o projeto foi desenvolvido em todas as unidades da Federação abrangendo cerca de 300 escolas, que se desenvolveram sobre a coordenação de uma universidade pública regional e de uma IES Global<sup>3</sup>.

No estado de Rondônia o mesmo foi desenvolvido pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, com parcerias nas instâncias Federal, Estadual e Municipal sob a Coordenação e parceria com a IES global que é a UNICAMP. Escolhidas segundo critérios do MEC e selecionadas pela SEDUC/RO, foram escolhidas cinco escolas estaduais e três municipais para serem contempladas com o referido projeto, compreendendo os municípios de: Porto Velho, Ariquemes, Cacaulândia, Ouro Preto D'Oeste, Ji-Paraná, Rolim de Moura e Vilhena<sup>4</sup>. Ainda dentro deste mesmo programa seis municípios foram escolhidos para replicação do projeto em todas as escolas sendo denominado de UCA Total, com abrangência nas seguintes cidades: Barra dos Coqueiros/SE; Caetés/PE; Santa Cecília do Pavão/PR; São João da Ponta/PA; Terenos/MS; Tiradentes/MG.

## **2. A sociedade do conhecimento e da aprendizagem**

---

<sup>1</sup> Informações adicionais sobre o modelo fabricado, configurações e dados do programa pode ser visualizado em: <http://www.cce.com.br>

<sup>2</sup> Lei disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/Lei/L1\\_2249.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L1_2249.htm)

<sup>3</sup> A IES Global dentro do programa pode ser entendida como uma instituição de ensino superior com larga experiência no uso das tecnologias aplicadas à educação, fazendo parte do GTUCA (Grupo de Trabalho de Assessoramento Pedagógico), instituído pela Portaria SEED/MEC nº 8, de 19/11/2007, a qual deve constituir um grupo aglutinador de formação junto com universidades de cada Estado (IES Local) para contextualizar a presente proposta de formação, participar e apoiar a formação dos profissionais de órgãos regionais de ensino, os Núcleos estaduais e municipais de Tecnologia Educacional – NTE e assessorar as escolas. Para maiores detalhes ver: <http://styx.nied.unicamp.br/ucanaunicamp>

<sup>4</sup> A relação das escolas encontra-se disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br/ucanaunicamp>



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Uma característica de nossa sociedade nos dias de hoje é de ser considerada a sociedade do conhecimento, sendo essa uma de suas marcas mais profundas (DEMO, 2000). Ocorre assim uma velocidade vertiginosa seja na produção, disseminação e possibilidades para o acesso a informação e para produção de novos conhecimentos, onde podemos ter acesso a qualquer hora e a qualquer lugar a milhares de informações, nos proporcionado através dessa revolução tecnológica ao qual vivemos hoje.

Em complementariedade a essas ideias, Dowbor afirma que “não estamos enfrentando apenas uma revolução tecnológica” (2008, p. 30). Na realidade, o conjunto de transformações parece estar levando a uma sinergia da comunicação, informação e formação, criando uma realidade nova que esta sendo designada de sociedade do conhecimento. O autor nos oferece ainda uma distinção entre informação e conhecimento bastante importante e que há de ser levado em consideração pela educação e mais especialmente dentro dos espaços formais categorizando da seguinte forma:

[...] elementos fragmentados constituem dados, os dados organizados constituem informação, e a informação elaborada pelo sujeito que a utiliza, na interação com a realidade, se transforma em conhecimento. Uma relação harmoniosa de conhecimento, ação e valores, poderia significar sabedoria (p. 33).

Frente à avalanche de informações ao qual somos submetidos todos os dias e em praticamente todos os lugares Pozo afirma que sofreremos de uma “obesidade informativa” e que no atual ritmo de nossa sociedade “somos obrigados a correr, quando ainda nem sabemos andar” (2002, p. 33).

Ainda segundo o autor nunca na historia da humanidade se necessitou aprender tanto, ao passo também que nunca ouve a necessidade de aprender tantas coisas diferentes ao mesmo tempo, caracterizando assim não somente a sociedade do conhecimento, mas a sociedade da aprendizagem (POZO, 2002).

A educação nesse contexto, mais do que nunca adquire um papel fundamental e precisa rever suas praticas e os pressupostos epistemológicos na qual embasam suas ações, desenvolvendo estratégias de aprendizagem que nos permitam controlar e selecionar a avalanche de informações ao qual somos bombardeados pra não dizer soterrados, todos os dias a partir dos mais diferentes meios, sejam eles midiáticos ou não, pois segundo Rubem Alves<sup>5</sup> [...] “educar não é informar. Educar é ensinar a pensar.”

---

<sup>5</sup> Texto publicado na folha de São Paulo: Será que a leitura dos jornais nos deixa estúpidos? Disponível em: <http://www.rubemalves.com.br/seraquealeiturdosjornaisnostornaestupidos.htm>



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

De forma crítica e ressaltando o caráter social e, portanto político do conhecimento Demo afirma que

aos educadores compete cuidar que o conhecimento, além de não servir apenas ao mercado, se curve aos objetivos da educação, tendo em vista a necessidade de combater, mais do que a carência material, a pobreza política ou a ignorância historicamente produzida e mantida. Política social do conhecimento, se bem conduzida, pretende colocar o pobre como artifice central de seu destino, com base na aprendizagem reconstrutiva política. (2000, p. 5)

Infelizmente os programas escolares continuam funcionando, em grande medida, como se a sociedade da informação não existisse, os alunos tem poucas oportunidades de organizar e dar sentido a esses saberes informais, relacionando-os com o conhecimento escolar, que ainda por cima costuma ser bastante menos atrativo.

### **3. A informática na educação**

O uso do termo informática na educação refere-se ao uso sistemático do computador em sala de aula, nos diversos processos de ensino-aprendizagem dos conteúdos curriculares saindo da velha forma tradicional e transmissiva possibilitando diversificar e tornar mais desafiador e interessante o aprender (VALENTE, 1999). Pontua o autor que “o uso do computador pode ser feito tanto para continuar transmitindo a informação para o aluno e, portanto, para reforçar o processo instrucionista, quanto para criar condições de o aluno construir seu conhecimento” (p. 01). E frente ao novo papel que tem esse conhecimento em nossa sociedade

[...] as estruturas de ensino poderiam evoluir, por exemplo, para um papel muito mais organizador de espaços culturais e científicos do que propriamente de “lecionador” no sentido tradicional. [...] o fato do conhecimento ter-se tornado fluido, instantaneamente transportável, faz com que ele seja hoje menos uma matéria-prima que primeiro se aprende, e depois se transmite, para se construir numa rede de participantes que deles partilham. À medida que a cultura da conectividade se generaliza, vão se formando assim redes culturais interativas que o professor pode ajudar a organizar, a dinamizar. (DOWBOR, 2008 p. 29)

Ante a abrangência e o potencial de mudar significativamente as formas de aprender e de se ensinar que acontecem hoje na escola, com um ensino fragmentado, compartimentado, pouco ou nada emancipador e com relações nada lineares, sendo instituído desde há muito tempo os “donos e detentores” dos saberes – o professor, e aqueles que “nada sabem” – os alunos, é que a inserção de um tecnologia como o computador distribuída a cada aluno, como se propõe o projeto UCA, adquire grande importância no cenário atual da educação brasileira, pois problematiza e leva o debate



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

para as escolas, meio acadêmico e sociedade, sobre a discussão do uso das tecnologias de forma intensiva nas escolas, pois sempre haverá adeptos e “tecnofóbicos”.

Segundo Pozo (2002) “a prática deve sempre adequar-se ao que se tem de aprender” (p.65), posto isto, a inserção de computadores em sala de aula oportuniza diversas formas de se trabalhar, oferecendo múltiplas possibilidades e caminhos que podem ser trilhados rumo à construção do conhecimento, levando em consideração que “quem aprende é o aluno; o que o professor pode fazer é facilitar mais ou menos sua aprendizagem. Como? Criando determinadas condições favoráveis para que se ponham em marcha os processos de aprendizagem adequados” (POZO, 2002, p. 69).

Já não é de hoje que novas formas de ensinar e de aprender têm sido propostas e introduzidas nas escolas conforme pontuado por Martines (2010):

A década de 90 foi caracterizada pelo início das mudanças estruturais na educação brasileira no âmbito da legislação, das políticas, da gestão, do currículo, de metodologias, da formação e da inserção das Tecnologias aplicadas à educação, bem como da conectividade, mobilidade e facilidades de realizar atividades digitais. Neste sentido, vários programas foram implementados pelo Ministério da Educação tais como: Salto para o Futuro, TV Escola, PROINFO, Rádio Escola, PROFORMAÇÃO, TV Escola e os Desafios de Hoje, Mídias na Educação, Pró-Licenciatura, UAB entre outros, que se pautam numa nova forma de ensinar e aprender. (MARTINES, 2010, p. 7).

A Internet hoje em dia vem “impondo” novas formas de interação, de relacionamentos, e aliada à educação configura-se uma importante ferramenta de interação e aprendizado, podendo o indivíduo a qualquer momento e qualquer lugar dispor de um número infinito de informações, o que impõe a escola rever seu papel e a forma como sistematiza seus saberes.

Concordamos com Brasil (2008) ao afirmar que o Projeto UCA traz uma série de possibilidades inovadoras no âmbito educacional, nas mais diversas áreas, bem como demanda uma série de investimentos por parte do poder público, uma vez que:

I. A imersão tecnológica da escola propicia o desenvolvimento de uma “cultura digital”, na qual os alunos têm suas possibilidades de aprendizagem ampliadas pela interação com uma multiplicidade de linguagens ao mesmo tempo em que se potencializa a inclusão digital de toda a comunidade escolar.

II. O viés da equidade social e o da competitividade econômica convergem ao serem estimuladas as novas habilidades e competências que a era digital exige. Assim, espera-se que novas formas de comunicação sejam disseminadas, que a educação abranja outros tipos de letramentos além do alfabético e oriente-se para o desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender.

III. A mobilidade e a conectividade do equipamento permitem ampliar os tempos e espaços de aprendizagem de professores e alunos, fundamentais para



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

desenvolver a autonomia que possibilita a educação por toda a vida, como defende a UNESCO.

IV. Por último, a utilização dos laptops conectados à Internet permite a constituição de múltiplas comunidades de aprendizagem, que, interligadas em rede, favorecem a interculturalidade, o trabalho cooperativo e colaborativo e a autoria e co-autoria entre estudantes e professores na construção do conhecimento, resultantes da quebra de hierarquia e linearidade nas relações [...] (BRASIL, 2008, p.16-17).

Experiências semelhantes têm sido desenvolvidas em outros países, a exemplo de Portugal com o Projeto Magalhães e o Uruguai com o Plano Ceibal, o qual, diferentemente do Brasil, adotou a proposta da OLPC, adquirindo o *laptop XO* com cobertura e abrangência, de forma gradual, de toda sua rede de ensino.

#### 4. A cooperação e a aprendizagem: por uma comunidade de aprendizagem

*Como vivermos é como educaremos, e conservaremos no viver o mundo que vivermos como educandos. E educaremos outros com nosso viver com eles, o mundo que vivermos no conviver.*

Humberto Maturana<sup>6</sup>

Pozo (2002) critica algumas das atuais formas de ensino mantidas “promotoras de atividades individuais, solitárias, assentadas em práticas autoritárias e sem solidariedade na apropriação do saber proporcionadas pelas escolas” (p. 257). O autor defende ainda “uma organização cooperativa das atividades de aprendizagem” na qual os objetivos que os participantes perseguem estão estreitamente vinculados entre si, de tal maneira que cada um deles pode alcançar seus objetivos se, e apenas se os outros alcançam os seus (p. 257).

A cooperação deve reunir determinadas condições onde pode se resumir em três pontos citados por Pozo (2002) que os mestres podem levar em conta ao organizar socialmente suas atividades de aprendizagem:

- a) A aprendizagem cooperativa será mais eficaz quando for proposta como uma tarefa comum do que como várias tarefas subdivididas entre os membros da equipe (você busca a informação, você lê, você escreve...
- b) Essa tarefa comum não deve fazer com que os aprendizes evitem ou dissolvam suas responsabilidades individuais na aprendizagem, pelo contrário deve se avaliar não só o rendimento grupal como a contribuição individual de cada aprendiz [...] é preciso evitar que os aprendizes se camuflem na estrutura do grupo

---

<sup>6</sup> MATURANA R., Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. tradução: José Fernando Campos Fortes. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 30.



c) As oportunidades para o êxito e para a obtenção de recompensas devem ser iguais para todos os aprendizes, independente de seus conhecimentos prévios ou pericia inicial. Trata-se de fugir da cultura competitiva da aprendizagem, em que os aprendizes são comparados entre si, e, incentivar contextos em que o rendimento de cada aprendiz seja comparado com seu rendimento anterior e não com o de outros aprendizes mais ou menos capazes ou especializados. (2002. p. 260)

Colocando a aprendizagem como sendo sempre um produto da prática e a importância das interações nesse processo que pode ser construtivo ou associativo (enquanto maneiras ou formas complementares de aprender), Pozo colabora ainda mais com nossa reflexão acerca de nossas concepções e práticas, ao afirmar que

[...] a aprendizagem é um problema complexo, um sistema de interações, a que não se adéquam bem as categorias morais de bem e de mal, de forma que não podem se identificar “boas” e “más” práticas didáticas, mas sim condições eficazes ou não para se alcançar os fins estabelecidos [...] não existindo [...] uma única alternativa às formas tradicionais de ensinar em nossa cultura, mas sim varias alternativas distintas, que devem se combinar em função dos resultados buscados e dos processos que seja necessário ativar no aluno para alcançá-los [...] a aprendizagem como prática ocorre em contextos de interação cujas características afetam seriamente a eficácia dos resultados obtidos. Nas sociedades, ou comunidades de aprendizagem ocorrem interações entre aprendizes e entre estes e seus mestres, que constituem, sem dúvida, uma condição importante para que essas aprendizagens tenham êxito. (POZO, 2002 p. 249-257).

Assim defendemos uma aprendizagem que leve em consideração os aspectos relacionais, do aprender se apoiando na partilha e intercâmbio de saberes, experiências e valores e sobretudo concebendo a aprendizagem como um processo de crescimento e edificação ao longo de um percurso (CATELA, 2011), mediado pela tecnologia e pelo outro. Possibilitando assim formas menos competitivas de trabalho em sala de aula em que muitas vezes se valoriza o individual e a competitividade.

Acerca das comunidades de aprendizagem Coll (2002) reconhece a diversidade de conceitos e práticas acerca dessa temática apoiadas em marcos conceituais muitas vezes díspares e muitas das vezes com preocupações e objetos também diversos. Todavia identifica traços e confluências entre todas pois partem de alguns pressupostos em comum:

1. Ênfase na aprendizagem;
2. Aprendizagem como processo essencialmente construtivo, onde todos são ao mesmo tempo sujeitos e protagonistas da sua própria aprendizagem;
3. Concepção de aprendizagem como um processo intrinsecamente social, que se apoia nas relações interpessoais e que ocorrem em determinado contexto cultural.



4. Unanimidade na concepção que o sistema educativo tal qual está estruturado hoje não é capaz de dar conta das necessidades formativas que as novas gerações precisam.

Ed Clark (1997) citado por Yus (2003) procura diferenciar duas concepções aparentemente idênticas – comunidades de aprendizes e comunidades de aprendizagem, onde, na primeira, temos um determinado número de alunos em um determinado local, sendo esses, os únicos que aprendem. Nas comunidades de aprendizagem, considera-se o todo, um conjunto que cresce e se desenvolve, tão somente, na medida em que aprendem e crescem TODOS os seus elementos, a saber: alunos, professores, gestores, pais, etc.

Os conceitos biológicos mais precisamente da ecologia vêm a colaborar no entendimento e na proposição de modelos de comunidade de aprendizagens, conceitos como interdependência e sinergia – na qual o crescimento da comunidade com sua riqueza e diversidade, traz benefícios para todos os indivíduos e para o ecossistema mais amplo, ou seja, a sociedade.

Segundo Yus (2002)<sup>7</sup> “uma comunidade de aprendizagem é cooperativa e sistêmica, ou seja, todos são simultaneamente aprendizes e servem de recursos para qualquer um”.

Pozo (2002) acerca da aprendizagem nos diz o seguinte:

[...] aprender é antes de mais nada mudar o que já se sabe. Todo aprendiz tem uma bagagem de conhecimentos prévios, em boa parte implícitos [...] com o qual é preciso estabelecer conexão para que o adquirido tenha sentido. Sobretudo fomentar a transferência e conexão mútua entre os contextos e conhecimentos cotidianos e os saberes formais que o professor ensina. (p. 269).

Torna-se necessário e urgente questionarmos quais nossas concepções de aprendizagem enquanto educadores, pois ela influenciará diretamente nas diversas práticas adotadas e conseqüentemente nas relações que se estabelecerão na sala de aula.

## Considerações Finais

Nossa sociedade tão desigual e excludente, competitiva e individualista não precisa de um modelo educacional que reforce ou acentue essas chagas que corroem e minam paulatinamente o que há de humano. Concordamos com Maturana (1999) acerca

---

<sup>7</sup> Entrevista de Rafael Yus (Dr. Em Ciências e professor é um dos precursores dos temas transversais no currículo) a revista Pátio Pedagógica. Vol. VI, nº 24 e disponível em: [http://www.revistapatio.com.br/numeros\\_antteriores\\_conteudo.aspx?id=309](http://www.revistapatio.com.br/numeros_antteriores_conteudo.aspx?id=309)



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

da competitividade onde segundo o autor consiste na negação e anulação do outro na medida a vitória de um consiste na derrota do outro.

É por uma educação que valorize o indivíduo que reconheça os vários “Joãos e Marias” que existem enquanto indivíduos capazes, com limitações e singularidades, que e contribua e cresça estimulando a partilha e a troca, conscientes de sua inconclusão, mas na permanente busca do que Paulo Freire (1987) chama do “vir a ser mais”.

## Referências

BRASIL. **Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo, Brasília, 2007a Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.html) Acesso em: 01/05.2016

\_\_\_\_\_. **Princípios orientadores para o uso pedagógico do *laptop* na educação escolar.** MEC/SEED Um computador por aluno, 2007b. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/pedroandrade/principios-24690330> Acesso em: 03/12/2015.

\_\_\_\_\_. **Um Computador por Aluno: a experiência brasileira.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3464> Acesso em: 02/02/2016.

COLL, César. Entrevista a César Coll - Comunidades de Aprendizagem. **Pátio Revista Pedagógica.** Ano VI – nº 24, Nov. de 2002 a Jan. de 2003.

CATELA, Hermengarda. Comunidades de Aprendizagem: em torno de um conceito. **Revista de Educação.** Vol. XVIII, nº 2, 2011 , p. 31 – 45. Disponível em: [http://revista.educ.fc.ul.pt/arquivo/vol\\_XVIII\\_2/artigo2.pdf](http://revista.educ.fc.ul.pt/arquivo/vol_XVIII_2/artigo2.pdf) Acesso em: 22.06.2016.

DEMO, Pedro. Política Social do Conhecimento e Educação. **Ensaio: avaliação de políticas públicas.** EDUC. Rio de Janeiro, v. 8, n. 26, jan./mar.2000.

DOWBOR, Ladislau. **Tecnologias do Conhecimento.** Vozes: Petrópoles, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MARTINES. Elisabeth A. L. de Moraes. **Projeto de Investigação-Formação do Programa Nacional Um computador por Aluno/Rondônia.** UNIR – EDUCIÊNCIA – Laboratório de Ensino de Ciências: Porto Velho, 2010.

MATURANA R., Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política.** tradução: José Fernando Campos Fortes. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

POZO, Juan Ignácio. **Aprendizes e Mestres: a nova cultura da aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

VALENTE, José Armando (org.). **O computador na sociedade do conhecimento.** Campinas: NIED – UNICAMP, 1999.